



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Projeto que trata da terceirização do trabalho, segundo Eunício Oliveira, brevemente entrará na pauta do Plenário

## Senado também vai votar terceirização, afirma Eunício

Presidente do Senado disse que incluirá projeto na pauta do Plenário e, sendo aprovado, servirá como complemento à proposta sobre mesmo tema que já passou na Câmara

**E**unício Oliveira se comprometeu a pautar um projeto que trata da terceirização do trabalho. A Câmara aprovou e enviou para a sanção presidencial uma proposta que trata do mesmo tema e

recebeu críticas de sindicatos de trabalhadores por permitir a terceirização inclusive da atividade principal das empresas. O senador Paulo Paim diz que o projeto que está no Senado protege os trabalhadores. **3**

## Reforma previdenciária será cruel para as mulheres, alerta debate

Participantes de debate da Comissão de Direitos Humanos afirmaram que a proposta do governo de reforma da Previdência será mais prejudicial para as mulheres.

Elas citaram a elevação da idade da aposentadoria

da mulher — que, pela proposta, será de 65 anos, igual à do homem — como um dos principais erros da reforma, que consideram inconstitucional, por extinguir direitos sociais. A mudança prevista na aposentadoria rural foi outro ponto criticado. **2**



Gerardo Muga/Agência Senado

O senador Paulo Paim e Maria Lucia Fattorelli na audiência sobre a reforma

**Carne Fraca atinge reputação do país, dizem senadores **3****

**Avança discussão sobre fim do foro privilegiado **4****



Pedro França/Agência Senado

Relator, Armando Monteiro diz que pacto será referência para novas negociações

## Acordo inédito deve estimular negócios entre Brasil e Peru

Aprovado ontem pelo Senado, o acordo facilita o acesso de empresas brasileiras ao mercado de compras públicas do governo peruano, que gira em torno de US\$ 13 bilhões

anuais. Inédito, o pacto permite que companhias nacionais atuem no Peru em condições de igualdade com empresas de outros países. O texto segue para promulgação. **4**

## Comissão aprova voto de pesar por vítimas de atentado em Londres



Marcos Oliveira/Agência Senado

Requião apresentou voto aprovado pela Comissão de Relações Exteriores

A Comissão de Relações Exteriores aprovou ontem voto de pesar pelas vítimas do atentado terrorista ocorrido em Londres na quarta-feira. A iniciativa foi do senador Roberto Requião.

O ataque, na região do Parlamento britânico, matou pelo menos 5 pessoas e feriu 40.

O presidente da CRE, Fernando Collor, confirmou para segunda-feira debate sobre a ordem internacional. **2**

## Colegiado vai ouvir chanceler sobre política de defesa nacional

Entre os diversos requerimentos de audiências públicas aprovados ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, estão convites aos comandantes das Forças Armadas e ao ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, sobre as diretrizes do governo Temer em relação à defesa do Brasil. **4**



Pedro França/Agência Senado

Collor preside Comissão de Relações Exteriores, que aprovou audiências

## Policia rodoviário quer apoio do Senado em aposentadoria

O diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Renato Borges, pediu apoio do Senado na manutenção dos direitos da categoria

na reforma da Previdência. A proposta extingue a aposentadoria especial para quem exerce atividade de risco, afirmou. **2**



Marcos Brandão/Senado Federal

Eunício Oliveira (D) recebe Renato Borges, acompanhado de Medeiros

## Comissão vai votar regra para alimento in natura importado

A Comissão de Relações Exteriores decidiu adiar para a próxima semana a votação de um projeto que muda as regras para a importação de produtos agrícolas e pecuários. Senadores temem que a aprovação do projeto pareça uma retaliação do Brasil aos países que deixaram de comprar carne nacional após a divulgação da Operação Carne Fraca. **3**

## Secretário pede passagem grátis para jovens de baixa renda

Em visita ontem ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, o secretário nacional de Juventude, Francisco de Assis Costa Filho, pediu apoio contra ação que tramita no Supremo Tribunal Federal que impede a passagem gratuita de jovens de baixa renda nos ônibus interestaduais. O benefício está previsto no Estatuto da Juventude. **2**

# Reforma prejudica mais as mulheres, aponta audiência

A elevação da idade mínima de aposentadoria para 65 anos, igualando-a à dos homens, e a mudança no benefício rural foram alguns dos pontos mais criticados em debate sobre reforma da Previdência

**PARTICIPANTES DE AUDIÊNCIA** pública ontem foram unânimes em afirmar que a reforma da Previdência prejudicará especialmente as mulheres. A audiência foi promovida pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) em conjunto com a Procuradoria da Mulher do Senado e a Procuradoria da Mulher da Câmara dos Deputados.

Fátima Bezerra (PT-RN) disse que a proposta do governo de reforma (PEC 287/2016) é “perversa e cruel”. A senadora ressaltou o fato de que o Brasil tem muitas desigualdades regionais e sociais para que se eleve a idade mínima de aposentadoria para 65 anos, igualando-a à dos homens.

— É preciso, num país como o Brasil, respeitar as condições em que vivem as mulheres, ainda com tanta desigualdade.

De acordo com a presidente do Instituto dos Advogados Previdenciários, Luciana Farias, a PEC é inconstitucional porque afeta o princípio da proibição do retrocesso social. A advogada elencou vários direitos protegidos pela Constituição que a reforma da Previdência vai tirar, como a aposentadoria especial.

A coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida, Maria Lucia Fattorelli, lembrou que a mulher sofre discriminação no mercado de trabalho, pois recebe menos que os homens, tem menos acesso a postos de chefia e não tem creches para deixar seus filhos.



A advogada Luciana Farias e o senador Paulo Paim, vice-presidente da comissão

— Desconsideram nossa jornada de trabalho, de quem cria os filhos. As mulheres não conseguem completar tempo de contribuição por causa de toda essa intermitência.

As participantes da audiência também alertaram para a situação das mulheres que trabalham no campo, especialmente na agricultura familiar. Para a presidente da Fundação Anfip de Estudos da Seguridade Social e Tributário, Maria Inez Rezende, o benefício vai cair muito, pois a PEC exige contribuição mensal de toda a família e 25 anos de contribuição.

Para a professora Denise Gentil, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o governo deve considerar que a mulher trabalha sete horas a mais que o homem por semana, com a jornada doméstica.

Paulo Paim (PT-RS) comentou estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) segundo o qual quem

começar a trabalhar aos 16 anos só vai se aposentar aos 80. Para Vanessa Graziotin (PCdoB-AM), procuradora da Mulher no Senado, as mulheres são a parcela da sociedade que mais sofrerá com a reforma.

## Para Requião, governo pretende privatizar a Previdência Social

Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou ontem que o objetivo principal do governo é privatizar a Previdência. Para isso, segundo o senador, o Executivo manipula dados e fraudas informações.

— O que se pretende com a iniciativa Meirelles-Temer é abastardar a previdência financiada pelos trabalhadores e pelos patrões a fim de piorá-la para abrir espaço para a previdência privada.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

## Comissão aprova voto de pesar por vítimas de terrorismo em Londres

A partir de uma iniciativa de Roberto Requião (PMDB-PR), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou voto de pesar pelas vítimas do ataque terrorista ocorrido na quarta-feira em Londres. Segundo informações da imprensa, o ataque

matou ao menos 5 pessoas e feriu outras 40.

O presidente da comissão, Fernando Collor (PTC-AL), confirmou para a segunda-feira a primeira edição do ciclo “O Brasil e a ordem internacional”, com os diplomatas Rubens Barbosa e Gelson Fonseca Junior.

## Secretário de Juventude defende passagens gratuitas para pobres

O secretário nacional de Juventude, Francisco de Assis Costa Filho, se reuniu ontem com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, e manifestou preocupação com a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal (STF) que impede a passagem gratuita de jovens de baixa renda nos ônibus interestaduais.

A ADI foi proposta pela Associação Brasileira das Empresas de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati) contra o dispositivo do Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013) que reserva duas vagas gratuitas por veículo para jovens de

baixa renda no sistema de transporte coletivo interestadual e mais duas vagas com desconto mínimo de 50% no valor da passagem caso as passagens gratuitas estejam esgotadas.

— Essa foi uma lei aprovada com total apoio do Congresso Nacional. Inclusive eu, como líder do PMDB na época, trabalhei para dar agilidade à aprovação do Estatuto da Juventude. Nós precisamos fazer a inclusão social e garantir a gratuidade e o desconto da tarifa para jovens pobres — reforçou Eunício Oliveira.

(Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

## Lúcia Vânia registra passagem do Dia Internacional da Síndrome de Down

Lúcia Vânia (PSB-GO) lembrou que na terça-feira comemorou-se o Dia Internacional da Síndrome de Down. A senadora salientou que alguns dos aspectos mais importantes são “o desenvolvimento das po-

tencialidades” de cada indivíduo, a constante atividade e a inserção social e econômica. Em relação a essa situação, ela destacou a dedicação de familiares e o trabalho de profissionais que se dedicam à área.



Moreira Matiz/Agência Senado

## Polícia Rodoviária Federal pede apoio de Eunício

Em encontro ontem com o presidente do Senado, Eunício Oliveira, o diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal, Renato Borges, pediu apoio para a manutenção dos direitos da categoria na reforma da Previdência. Borges, acompanhado de José Medeiros (PSD-MT) e Benedito de Lira (PP-AL), pediu

projeto de lei complementar que regule o benefício dos policiais. Segundo ele, a PEC acaba com a possibilidade de aposentadoria especial para quem exerce atividade de risco.

Eunício ponderou que é a favor da reforma, mas defende que diferenças entre servidores podem ser “adequadas e nego-

ciadas” para atender profissionais que enfrentam situações de risco, como policiais:

— Tudo que é apresentado ao Congresso não sai como chegou. É nosso dever fazer contraponto e encontrar soluções para o país e para a sociedade.

(Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### PLENÁRIO Sessão de discursos

9h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

#### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Coordenadora-geral:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

#### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Sílvio Burre  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Senado também poderá votar terceirização

Projeto que tramita na Casa não permite terceirizar atividades-fim, diferentemente do que foi aprovado na Câmara sob protestos da oposição

O PRESIDENTE DO Senado, Eunício Oliveira, disse ontem que o projeto em análise no Senado que regulamenta a terceirização do trabalho entrará na pauta do Plenário assim que estiver pronto para votação. Trata-se do PLC 30/2015, que é considerado uma alternativa à proposta aprovada na quarta-feira na Câmara, avaliada como prejudicial aos trabalhadores por sindicatos e pela oposição.

— Os projetos podem ser complementares. Se houver alguma desatualização no projeto da Câmara, o do Senado pode preencher uma possível lacuna — avaliou Eunício.

O texto da Câmara (PL 4.302/1998) trata da terceirização e do trabalho temporário. O texto foi aprovado com 231 votos a favor, 188 contrários e 8 abstenções e seguiu para a sanção presidencial.

Enquanto os defensores da proposta argumentam que ela moderniza a legislação e gera mais postos de trabalho, os críticos dizem que o projeto diminui direitos e fragiliza as relações de emprego.

## Diferenças

O projeto aprovado pelos deputados amplia as possibilidades de contratação de serviço terceirizado, que poderá ser feita tanto na área principal de atuação quanto nas atividades secundárias. Também altera a legislação do trabalho temporário, aumentando de três para seis meses o prazo máximo para sua duração. Há ainda a possibilidade de



June de Araújo/Agência Senado

Para Eunício Oliveira, texto que tramita no Senado pode ser complementar ao que passou na Câmara na quarta-feira

prorrogação por 90 dias.

No texto que está no Senado, a terceirização fica restrita às atividades secundárias — aquelas de suporte, como limpeza e segurança. O projeto não trata do trabalho temporário.

A proposta aprovada na Câmara manteve uma mudança feita pelos senadores no PL 4.302 no início dos anos 2000 estabelecendo a responsabilidade subsidiária da empresa contratante em relação à ter-

ceirizada. Com isso, os bens da empresa contratante só poderão ser penhorados pela Justiça se não houver mais bens da terceirizada para o pagamento da condenação relativa a direitos não pagos.

Já o PLC que tramita no Senado estabelece a responsabilidade solidária. A contratante e a terceirizada respondem ao mesmo tempo para o pagamento da causa trabalhista.

## Repercussão

Do ex-deputado Sandro Mabel, o PLC 30/2015 tem Paulo Paim (PT-RS) como relator. Segundo o senador, a proposta garante aos terceirizados os mesmos direitos que os trabalhadores contratados de forma direta.

— Nosso projeto tira o trabalhador terceirizado do regime de semiescravidão — afirma.

Roberto Requião (PMDB-PR) criticou o projeto aprovado na Câmara. O senador disse que no serviço público empresas recebem “fortunas”, enquanto aos trabalhadores sobram salários baixos e muitas vezes falta pagamento.

Compare as propostas: <http://bit.ly/propostasTerceirizacao>

## Na opinião de Valadares, deputados “aplicaram golpe” no Senado

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) condenou a aprovação pela Câmara do projeto que autoriza o trabalho terceirizado de forma irrestrita para qualquer tipo de atividade. Para o senador, a Câmara “aplicou um golpe” sobre o Senado ao desenterrar antigo projeto, dos anos 90, ainda da época do governo FHC.

— Isso vai terminar nos tribunais superiores, no Supremo [Tribunal Federal].



Edilson Rodrigues/Agência Senado

## Randolfe afirma que recorrerá ao STF contra votação na Câmara

Randolfe Rodrigues (Rede-AP) afirmou que recorrerá ao STF contra o que chamou de “golpe” pela votação de projeto sobre terceirização na Câmara. O texto já foi votado pelo Senado e já tinha um pedido de retirada feito em 2013 pelo Executivo, autor do projeto. Para ele, o projeto retira direitos trabalhistas, anistia exploradores de trabalho escravo e pode acabar com os concursos públicos.



Moneira Maniz/Agência Senado

## Projeto aprovado é um atraso na legislação trabalhista, avalia Paim

Paulo Paim (PT-RS) disse que os deputados quebraram um acordo que havia entre a Câmara e o Senado de aguardar a análise do PLC 30/2015, também sobre terceirização, do qual é relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Ele afirmou que o texto aprovado na Câmara equivale a um atraso da legislação trabalhista para a época anterior à Era Vargas. O projeto, disse o senador, não dá segurança jurídica nem para o trabalhador nem para o empregador.

## Jorge Viana diz que texto aumenta precarização das relações de trabalho

Jorge Viana (PT-AC) afirmou que o país precisa de uma lei para regulamentar a terceirização, mas avaliou que o projeto aprovado pela Câmara apenas precariza as relações de trabalho.

— Quero a modernização da indústria, dos serviços, da produção agropecuária, mas garantindo direitos básicos aos trabalhadores. Essa lei impõe o risco de irmos para uma era pré-Vargas.



Pedro Franço/Agência Senado

## Acordo adia votação de projeto sobre alimentos importados

Por consenso entre seus integrantes, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) retirou ontem de pauta projeto que modifica o controle sanitário de produtos agropecuários importados.

Pelo PLC 49/2015, as formas in natura ou semiprocessadas desses produtos só poderão ser comercializadas, processadas, estocadas ou transitar pelo país depois da análise de resíduos de agrotóxicos e se tiverem passado por inspeção sanitária que ateste inexistência de infecções ou infestações.

O projeto foi criticado por Antonio Anastasia (PSDB-

MG), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Pedro Chaves (PSC-MS) e Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). Para eles, a proposta pode ser interpretada como retaliação às restrições feitas por outros países na importação da carne brasileira, em consequência da Operação Carne Fraca.

Já Ana Amélia (PP-RS) entende que o projeto protege os produtores brasileiros. O presidente da CRE, Fernando Collor (PTC-AL), espera para quinta-feira a apresentação do parecer de Ronaldo Caiado (DEM-GO), que, por enquanto, é favorável à aprovação do projeto.

## Para Flexa, denúncias prejudicam reputação do país no exterior

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou na quarta-feira os possíveis efeitos da Operação Carne Fraca sobre as exportações de carne. Para o senador, as denúncias podem prejudicar a reputação que o país, maior exportador de carne bovina do mundo, levou anos para construir. Apesar de defender o combate à corrupção, ele criticou a operação:

— Não pode ter isso, não pode expor o país como foi feito. Tinha que ser feita, mas com responsabilidade.



Moneira Maniz/Agência Senado

## Pedro Chaves rejeita “estardalhaço” da Operação Carne Fraca

Pedro Chaves (PSC-MS) manifestou na quarta-feira preocupação com os efeitos da Operação Carne Fraca. Ele ressaltou o prestígio da carne brasileira no exterior e o rigoroso controle sanitário, mas teme que essa conquista seja prejudicada, se a crise não for bem administrada.

Ele cobrou punição exemplar dos envolvidos, mas criticou generalizações. Para ele, não há motivo para “estardalhaço ou pirotecnia” sobre a qualidade da carne brasileira.



Moneira Maniz/Agência Senado

## Rose de Freitas critica irresponsabilidade de fiscais envolvidos

A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES) criticou ontem fiscais agropecuários envolvidos na Carne Fraca. Para a senadora, a irresponsabilidade dos fiscais revoltou os consumidores e pode ter consequência desastrosa na economia. Na quarta-feira, Rose afirmou que o Brasil precisará trabalhar para recuperar a confiança do mercado.

— Temos que insistir cada dia mais que a palavra “fiscalização” é que organiza a nossa capacidade de produzir.



Moneira Maniz/Agência Senado

# Acordo abre portas a empresas brasileiras no Peru

Aprovado pelo Senado ontem, pacto inédito facilita competição de empresas brasileiras em mercado de compras do governo peruano

EMPRESAS BRASILEIRAS PODERÃO ter acesso facilitado a um mercado de US\$ 13 bilhões anuais, que são as compras públicas do governo peruano. A possibilidade é prevista em acordo entre o Brasil e o Peru, objeto de projeto aprovado pelo Plenário ontem e encaminhado à promulgação (PDS 37/2017).

Para o relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE), trata-se de um acordo inédito que está servindo de referência para negociações com outros países. Por meio do pacto, empresas brasileiras são autorizadas a atuar no Peru em condições de igualdade com companhias provenientes de países da Parceria Transpacífico (TPP) e da Aliança do Pacífico.

Armando explica que o Peru exige depósito prévio de 5% da capacidade máxima das empresas brasileiras interessadas em participar dessas licitações. Com a implementação do acordo, será eliminada a exigência — que já não é feita a empresas de países da Parceria Transpacífico e da Aliança do Pacífico.

A TPP criou uma área de livre comércio entre países da

Ásia, da Oceania, da América do Norte e da América do Sul. O tratado prevê a integração econômica, a padronização das leis trabalhistas, o desenvolvimento de ações ambientais comuns e o aumento de investimentos.

Além disso, foi antecipado o calendário de desgravação tarifária (eliminação de tarifas aduaneiras) de veículos leves, o que amplia as oportunidades de exportação para a indústria automobilística brasileira.

## Serviços

Segundo o relator, o acordo abre oportunidades também para prestadores de serviço em áreas estratégicas, como tecnologia da informação, comunicação, turismo, transporte, engenharia, arquitetura e entretenimento.

Assinado em abril de 2016, em Lima, o acordo define um marco normativo para investimentos, com o compromisso de não discriminação por parte dos dois países.

Com isso, de acordo com Armando Monteiro, tanto o Brasil poderá atrair investimentos peruanos, como o Peru poderá atrair investimentos brasileiros.



Plenário enviou para promulgação acordo que permite ao Brasil acessar mercado peruano de US\$ 13 bilhões anuais

## Armando destaca novos grupos de trabalho em prol da competitividade

Armando Monteiro (PTB-PE) destacou a criação de dois grupos de trabalho na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) como contribuição para melhorar a competitividade.

Um deles vai avaliar o sistema tributário nacional e o outro vai discutir temas microeconômicos, sobretudo os associados com a redução do custo Brasil.

Para o senador, é preciso regulamentar quando há vácuos legislativos, para criar um ambiente que estimule os investimentos.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

## Medeiros lamenta infraestrutura precária em Mato Grosso

O setor produtivo de Mato Grosso sofre com a infraestrutura deficiente, disse José Medeiros (PSD-MT). O senador citou a região de Lucas do Rio Verde, onde a produção agrícola fica comprometida pela dificuldade de escoamento.

— Trata-se de uma cidade-modelo, mas toda a produção fica impactada pela falta de estrutura. Fica no frete caro, nos atoleiros. E, quando o produto chega à China, por exemplo, já chega custando o dobro dos concorrentes.



Pedro França/Agência Senado

## Fernando Bezerra pede redução de juros para fundos constitucionais

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) pediu a atuação do presidente do Senado, Eunício Oliveira, em prol da redução imediata, pelo Ministério da Fazenda, dos juros dos contratos de financiamentos dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

— A projeção da inflação é inferior a 4%, e a taxa do Banco do Nordeste está acima de 9%.

Eunício concordou e disse que o Banco do Nordeste tem R\$ 30 bilhões para fazer empréstimos no Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), mas a taxa de juros afasta investidores.

## Fim do foro privilegiado avança em Plenário

A proposta de emenda à Constituição que acaba com o foro privilegiado para agentes públicos passou ontem pela segunda sessão de discussão no Plenário do Senado.

A PEC 10/2013 prevê o fim do foro por prerrogativa de função para todas as autoridades brasileiras, inclusive o presidente da República, nas infrações penais comuns. Também permite a prisão de membros do Congresso Nacional condenados em segundo grau nas infrações

comuns. Hoje, eles são julgados pelo STF e só podem ser presos após condenação definitiva dessa Corte.

Apresentada por Alvaro Dias (PV-PR), a PEC elimina a possibilidade de o Congresso sustar o andamento de ação penal contra os legisladores, prevista pela Constituição. O texto mantém a exigência de autorização da Câmara, por dois terços de seus membros, para o julgamento do presidente da República.

O julgamento por crime de responsabilidade continuará a ser feito pelo Senado.

## Escolha

Outra PEC que passou pela segunda sessão de discussão foi a 35/2015, de Lasier Martins (PSD-RS), que altera as regras para escolha de ministros do Supremo Tribunal Federal.

A PEC estabelece que o presidente decida o nome a partir de lista tríplice, elaborada por colegiado de sete membros.

## Comissão ouvirá comandantes militares e chanceler sobre política de defesa

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem, a pedido de Roberto Requião (PMDB-PR) e Gleisi Hoffmann (PT-PR), audiências públicas com o chanceler Aloysio Nunes Ferreira (senador licenciado) e os três comandantes das Forças Armadas: o general Eduardo Villas Bôas (Exército), o almirante de esquadra Eduardo Ferreira (Marinha) e o brigadeiro Nivaldo Luiz Rossato (Aeronáutica).

Os senadores querem discutir diretrizes do governo de Michel Temer que, no entender deles, seriam lesivas à soberania nacional. A política de defesa em relação a recursos naturais como petróleo, a modernização das Forças Armadas e a internacionalização da terra são alguns dos pontos em pauta. Também serão debatidos os impactos da Lava Jato e do teto de gastos sobre a indústria de defesa.

## Elmano apresenta projeto de lei para revitalização da Bacia do Rio Parnaíba

Elmano Férrer (PMDB-PI) apresentou um projeto instituindo normas gerais para a revitalização da Bacia do Rio Parnaíba.

O rio, disse o senador, sofre com desmatamento, assoreamento e ocupação desordenada nas margens.

O projeto prevê a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Parnaíba, integrado pelo poder público, representantes da sociedade civil e empresas usuárias de água.

— A proposta definirá ações para recuperação da bacia.



Marcos Moraes/Agência Senado

## Lasier defende proposta que altera forma de escolha de ministros do Supremo

Lasier Martins (PSD-RS) defendeu a aprovação de seu projeto que muda a forma de indicação e o mandato dos ministros do Supremo. Pela proposta (PEC 35/2015), a escolha não se dará mais por decisão monocrática do Executivo. Uma comissão de juristas elaborará lista tríplice que será levada ao presidente.

Segundo ele, o texto permitirá que o STF reafirme a independência e a imparcialidade necessárias a sua atuação:

— Estamos tratando da formação do mais alto tribunal da organização judiciária do Brasil.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

## Ataídes anuncia PEC para impedir indicações políticas para cargos técnicos federais

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) anunciou ontem que pretende apresentar uma proposta de emenda à Constituição para vedar indicações políticas para cargos técnicos na esfera federal.

O senador disse que a iniciativa responde a problemas como os que apareceram na Operação Carne Fraca, em que dirigentes do Ministério da Agricultura no Paraná, indicados por parlamentares, foram associados a irregularidades na fiscalização de frigoríficos. Ele admitiu que apoiou a indicação do dirigente do Inbra no Tocantins, o qual qualificou de competente e honesto. Porém, reconheceu o ato como erro, afirmando que cargo técnico não pode ter “padrinho político”.

## Eduardo Lopes defende Secretaria da Pesca no Ministério da Indústria

Eduardo Lopes (PRB-RJ) defendeu o decreto do presidente Michel Temer que transferiu a Secretaria de Aquicultura e Pesca do Ministério da Agricultura para o Ministério da Indústria e Comércio Exterior.

O senador disse que a Secretaria da Pesca terá mais importância e recursos dentro do Ministério da Indústria. Para ele, a mudança vai ajudar a alavancar o setor, com valorização da pesca artesanal e incremento da indústria pesqueira, além de modernização tecnológica.



Marcos Moraes/Agência Senado